

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMJME

# DIREITO MILITAR

ISSN 1981-3414

ANO XXII - NÚMERO 138 - NOVEMBRO / DEZEMBRO DE 2019



# A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NO CERCO DA LAPA.



João Carlos Toledo Júnior<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Na Revolução Federalista, o episódio conhecido como “Cercos da Lapa” é considerado um dos conflitos bélicos mais marcantes em virtude da corajosa e resoluta determinação, por parte de alguns combatentes, de não capitular frente aos federalistas, o que gerou grande perda de tempo, tempo esse aproveitado pelo Marechal Floriano Peixoto para melhorar a defesa contra o exército atacante, pois em março de 1894 Floriano já havia mobilizado uma esquadra, constituída de belonaves compradas no exterior e navios mercantes transformados para o combate e no mesmo mês é deslocada uma tropa para a fronteira do Paraná, para combater os federalistas.

Com relação ao aprofundamento do estudo, foi utilizado o método explicativo para analisar e correlacionar os aspectos envolvendo os fatos ensejadores do conflito bélico (Revolução Federalista) com a contribuição dos milicianos das araucárias, buscando ainda explicar as razões dos resultados alcançados pela força pública paranaense.

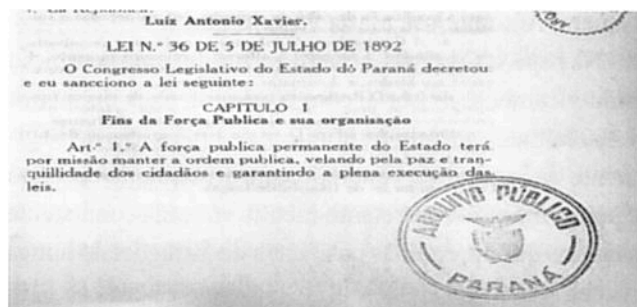


Figura 1 – cópia digitalizada da Lei n.º 36, de 5 de julho de 1892.

No que tange a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, buscando respostas para o presente trabalho científico em livros, artigos, jornais, teses, periódicos, etc e também em material impresso disponível em museus e organizações militares federais e estaduais.

## 2. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

A Revolução Federalista foi uma guerra civil que ocorreu no sul do Brasil logo após a Proclamação da República. Instada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor que pretendia libertar o Rio Grande do Sul da governança de Júlio de Castilhos, então presidente do Estado, e também conquistar uma maior autonomia e descentralizar o poder da então recém-proclamada República. Empenharam-se em disputas sangrentas que acabaram por desencadear a luta armada, que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895 e foi vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos.

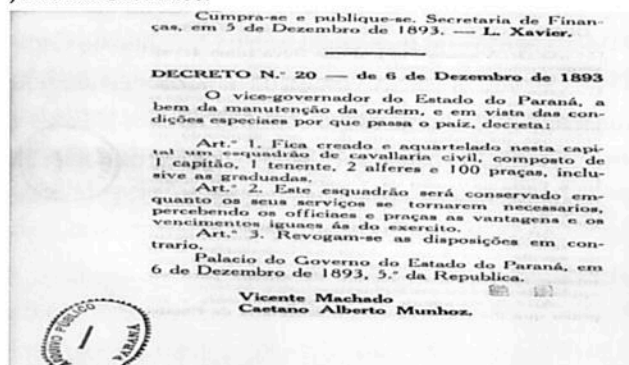


Figura 2 – Legislação da criação do Esquadrão de Cavalaria Civil.

1 Militar Estadual da PMPR (Capitão QOPM). Atualmente cursando o Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública no Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Graduado em Direito. Pós-graduado em Direito Militar, em Direito Penal e em História Militar. Membro Correspondente da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina – ALMESC e Membro Efetivo/Fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná - ALMEPAR (Titular da Cadeira – 12, Patrono: Cel. PM Dagoberto Dulcídio Pereira).

Cabe ressaltar que, após a participação dos integrantes da PMPR na Guerra do Paraguai, seu efetivo e armamento não foram aumentados ou trocados em grande escala, contudo no ano de 1892 ocorreu a edição da Lei nº 36, que aumentou o efetivo e regulamentou diversas situações funcionais.

Em consequência do rompimento nos pampas da Revolução Federalista, bem como na capital federal da Revolta da Armada, observou-se a edição de uma legislação próxima ao final de 1893, pelo então Presidente da Província Dr. Vicente Machado, buscando a criação de um esquadrão de cavalaria civil para a defesa de Curitiba.

Entretanto, no mês de janeiro de 1894, com a aproximação dos Maragatos a capital Paranaense, decidiu o governador mudar a sede do Poder Executivo para a cidade de Castro (Decreto nº 24, de 18 de janeiro de 1894), distante aproximadamente 150 quilômetros de Curitiba, sendo que o Regimento de Segurança estava destacando quase na plenitude na defesa das cidades de Tijucas do Sul, Paranaguá, Rio Negro, Lapa e São Mateus do Sul.

Dessa maneira, quando os Federalistas chegaram a Curitiba não enfrentaram resistência militar federal ou estadual, ficando a cargo do primeiro Presidente da Associação Comercial do Paraná (Barão do Cerro Azul) a incumbência de negociar a pacificação com o Maragato Gumercindo Saraiva.

Contudo, as tropas do Regimento de Segurança encontram-se com aproximadamente 03 (três) Companhias de Infantaria e 01 (um) Esquadrão, sob o Comando do Capitão do Exército Brasileiro comissionado Coronel Cândido Dulcídio Pereira, juntamente com os militares federais e dos integrantes do Batalhão Patriótico da Guarda Nacional, empenhados na defesa da cidade da Lapa.

## 2.1 Primeiros combates no Paraná

Conforme o contido na obra do saudoso Patrono da ALMEPAR, Capitão João Alves Rosa Filho (1999), bem como nas lições do historiador Renato Mocelin (2014), no dia 23 de outubro de 1893, o Regimento de Segurança do Paraná foi mobilizado e passou à disposição do Ministério da Guerra, sendo que em virtude do efetivo na capital ser reduzido, com o pessoal disponível foi organizado uma Brigada Provisória em conjunto com o Batalhão Patrió-

tico 23 de Novembro, sob o comando direto do Coronel Dulcídio. Dissolvida a Brigada, o contingente militar paranaense passou a integrar a coluna do General Argolo, que contava com um efetivo de 400 homens e integrada pelos 8º Regimento de Cavalaria e o 17º Batalhão de Linha do Exército. Assim, a força legal paranaense seguiu para o campo de luta, seguindo pela Lapa e alcançado Rio Negro no dia 06 de novembro de 1893, acampou e seguiu a Rio Preto no dia seguinte onde encontrou uma guarda avançada da legalidade.

Na noite do dia 19 de novembro de 1893, os federalistas (maragatos) tentaram tomar a passagem do Rio Negro, contudo foram impedidos pelas tropas legalistas (pica-pau). No dia seguinte, após nova tentativa, ocorreu

o contra-ataque pica-pau, que obrigou o recuo dos maragatos, porém de madrugada, tentaram contornar a posição e não lograram êxito. Além da tropa que impedia a passagem do Rio Negro, estava em Ambrósios uma força sob o comando do Capitão do Exército Ismael Lago, sendo que em Tamandaré outro contingente do Regimento de Segurança travou no dia 19 combate com os maragatos, saindo ferido o 2º Sgt. Viviano Gomes da Silva e o Sd. João Fermino da Rocha.

No dia 23 de novembro de 1893, a coluna do General Francisco de Paula

Argolo chegava à Lapa com o objetivo de impedir o avanço das tropas federalistas, porém essa medida ocasionou sua substituição por ordem do Marechal Floriano Peixoto pelo Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, sendo entregue o comando de todas as operações no 5º Distrito Militar ao General Antônio José Maria Pêgo Júnior.

Na Lapa, o Coronel Carneiro encontrou uma guarnição numericamente irrisória, com efetivo de mais ou menos 1.400 homens, incluindo 11 oficiais e 174 praças do Regimento de Segurança, contando com armamento obsoleto e pouca munição, entretanto incutiu em cada combatente as ideias que aprendidas na Guerra do Paraguai de nunca recuar.

No dia 14 de dezembro de 1893, uma fração do Regimento de Segurança sob o comando do bravo Capitão Rollemberg, protegido pela artilharia, atravessou o Rio Várzea atacando a força do General Federalista Piragibe pela retaguarda, ao mesmo tempo em que a companhia sob o comando do valente Capitão do Regimento de Segurança

**“A Lapa, último obstáculo para as forças contrárias à República, resistiu por 26 dias até assinar a Ata de Capitulção (rendição), no dia 11 de fevereiro, dois dias após a morte do General Carneiro.”**

Clementino Paraná atacava a ponte pelo lado frontal, sendo que após combate violento, ocorreram pesadas perdas aos maragatos que deixaram no campo de batalha 19 prisioneiros, diversas armas *comblaim*, carretas de munições, cavalos e doze mortos, destacando o falecimento do militar paranaense David José da Silva.

No mês de janeiro de 1894, o Coronel Carneiro contava com uma divisão constituída por 04 brigadas com aproximadamente 1.800 homens, porém por determinação do Comandante do Distrito Militar, foi retirada da Lapa a 3.<sup>a</sup> Brigada que estava sob o comando do Ten.-Cel. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, com cerca de 500 praças a fim de reforçar os efetivos de Tijucas e Paranaguá, haja vista os ataques maragatos a essas localidades.

Ainda, no dia 09 de janeiro, seguiu para a vila de São Mateus uma tropa do Regimento de Segurança constituída por 60 praças, sob o comando do Oficial do Regimento de Segurança Capitão Rollemberg, na qual foi incorporado mais de 100 homens do 18º Batalhão da Guarda Nacional, sendo que esse contingente conseguiu terminar com um levante dos poloneses em virtude da recusa em lutarem pelas tropas legalistas e também dispersaram os federalistas que estavam naquela localidade, porém não conseguiram retornar à Lapa em virtude da grande presença de maragatos e como última alternativa, seguiram rumo a São Paulo, onde se juntaram às forças que estavam sendo organizadas, não conseguindo participar nos conflitos bélicos ocorridos no Cerco da Lapa.

Esses deslocamentos deixaram um efetivo de aproximadamente 700 homens na cidade da Lapa, ficando o Regimento de Segurança com pouco mais de 146 homens incorporados na 1ª Brigada.

### 3. CERCO DA LAPA

No dia 13 de janeiro de 1894, a tropa federalista estava acampada a 04 quilômetros da cidade lapaense, sendo que no dia 17 foram atacados por diversos pontos, principalmente perto do cemitério, percebendo a impossibilidade de romper o cerco, o Coronel Carneiro ordenou que fossem levantadas trincheiras nas ruas, fechando com elas 2/3 da área da cidade, trabalho executado nos dias 18 a 21 de janeiro. Às 7 horas da manhã do dia 22, três pessoas tentaram parlamentar visando à rendição das forças legalistas, porém foram repelidos à bala e assim iniciou-se violento ataque a essa medida pelos mais de 2 mil maragatos dispostos no entorno da Lapa.

Nos demais dias de janeiro, os combates foram inten-

tos, sendo que o inimigo bombardeava a cidade com seus canhões *Krupp* de sol a sol, bem como à noite ocorrem tiroteios pelos flancos e retaguarda levando ao cansaço as tropas legalistas e com as chuvas, as trincheiras se transformaram em lamaçais.

Na noite de 26 para 27 de janeiro, os maragatos colocaram no cemitério um de seus canhões e atacaram o flanco esquerdo com 300 homens, ocupando o Alto da Cruz, ficando a uma distância de 300 a 400 metros das tropas legalistas.

No dia 07 de fevereiro, ocorreu o mais violento combate, sendo que na madrugada ocorreram os primeiros tiros de canhão provenientes dos maragatos que estavam dispostos no cemitério, morro do monge e alto da cruz, sendo que as forças federalistas sob o comando de Laurentino Pinto, Aparício Saraiva, Torquato Severo, Piragibe e outros, que estavam colocadas nos quintais das casas das Ruas da Tropa, Boa Vista e Alto da Lapa, em um movimento geral partiram ferozmente em direção as trincheiras dispostos a vencer ou morrer.

O Coronel Dulcídio, então Comandante da retaguarda, observava do alto da Igreja da Matriz o movimento das forças inimigas e participava-o ao General Carneiro e, armado com seu fuzil *Mannlicher*, com o concurso e o valor dos seus comandados, rechaçava os sitiantes e caçava os ajudantes de ordens e outros cavaleiros que se adiantavam um pouco, quando foi ferido por um projétil, que atravessando o seu porta-revólver e o talim, alojou-se nos intestinos, causando uma peritonite aguda.

As alternativas do combate estavam favoráveis aos maragatos, sendo que no amanhecer do dia 09 de fevereiro, o agora General Carneiro veio a falecer, haja vista que após um oficial receber um tiro no peito, correu em seu socorro e foi atingido por um tiro no lado direito do epigástrio que lhe atravessou o estômago e o fígado, sendo conduzida a casa de Pedro Fortunato (hoje Museu Histórico) onde foi atendido pelo Médico João Cândido Ferreira e em seu leito de morte repetia aos seus comandados:

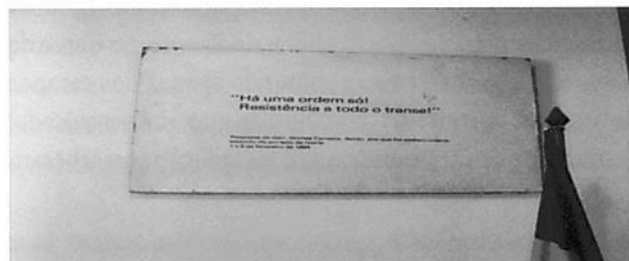


Figura 3: levantamento fotográfico feito pelo autor, no Museu de Armas na Lapa/PR.

Com a morte do General Carneiro, assumiu o comando o Coronel comissionado Joaquim Lacerda e passava a liderar o Regimento de Segurança, o Major Ignácio Gomes da Costa.

A Lapa, último obstáculo para as forças contrárias à República, resistiu por 26 dias até assinar a Ata de Capitulção (rendição), no dia 11 de fevereiro, dois dias após a morte do General Carneiro. Foi concedida liberdade e transporte aos oficiais rendidos, mas não às praças, que foram obrigadas a acompanhar as forças revolucionárias, sendo que conforme pesquisa aos Livros Mestres disponíveis no Arquivo Geral da PMPR, várias praças foram consideradas “extraviadas” após este incidente.

A resolução final do conflito aconteceu apenas em 1895, quando o Presidente Prudente de Moraes selou um acordo de paz com os federalistas na cidade de Pelotas/RS, assim, os castilhistas foram vitoriosos, exercendo poder político no Rio Grande do Sul até a década de 1930.



**Figura 4**– Autor ao lado do tataraneto do Cel. Cândido Dulcídio Pereira (Sr. Ricardo Pereira) na solenidade realizada na cidade da Lapa/PR, no dia 19 de abril de 2017, onde foi colocada a placa da imagem no interior do Panteon dos Heroes ao lado do busto do saudoso militar paranaense. (Fonte: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=21338>).

#### 4. CONCLUSÃO

Com relação às informações contidas no presente trabalho, podemos destacar que a participação dos integrantes da sesquicentenária Polícia Militar do Paraná, no Cerco da Lapa, foi de grande envergadura não apenas nos campos de batalhas, pois através da análise do material pesquisado, verifica-se que vários milicianos das araucárias receberam

elogios e promoções em virtude das condutas impecáveis demonstradas nos campos de batalha.

Nesta senda, observou-se que a participação do então Regimento de Segurança (atual PMPR) foi essencial nos combates travados contra os federalistas (maragatos) antes e durante o Cerco da Lapa, tendo a força pública paranaense contribuindo com vários integrantes, armamentos e semoventes, lutando incorporada ao Exército Brasileiro, Batalhão Patriótico e Guarda Nacional.

Por fim, analisando o relatório abaixo de autoria do, então, Presidente do Paraná<sup>2</sup> podemos observar que após o Cerco da Lapa, o Regimento de Segurança quase foi extinto em virtude das baixas sofridas neste conflito bélico, senão vejamos:

como recommenda o art. 138 da Constituição, a pena lhe é agravada pela falta de ar, de luz, e dos mais elementares preceitos de hygiene.

Para corresponder á esse humanitario preceito constitucional, a lei n. 46 de 23 de Maio de 1892 deo autorisação ao poder executivo para fazer a venda desse velho predio, e applicar o seu producto á construcção de uma penitenciaria na Capital, com as condições indispensaveis para satisfazer as exigencias actuaes, e de futuro. Não podendo usar de tal autorisação, por motivo que é obvio, mas contando com outros recursos que lhe dá a lei do orçamento, o governo trata de mandar construir a penitenciaria mediante concurrencia publica, nos terrenos que se prolongam da rua S. José para o lado da Agua Verde, que espera adquirir da Camara Municipal.

O Regimento de Segurança que, como disse em mensagem anterior, ficara quasi extincto em consequencia de baixas que soffreu no memoravel cerco da Lapa, e de muitas praças terem sido obrigadas á acompanhar os revoltosos, vai se reorganizando por meio de voluntariado. Conta 258 praças de pret, estando muito longe de chegar ao seu estado completo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, D. **O Paraná na história militar do Brasil**. Coleção Farol do Saber. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MOCELLIN, Renato. **Pica-paus x Maragatos: a mais sangrenta guerra civil brasileira**. Curitiba: Editora Conceito, 2014.
- MONTEIRO, Nilson. **Pedaços de muita vida: A História dos 122 anos da Associação Comercial do Paraná**. Curitiba, 1ª edição, 2012.
- ROSA FILHO, J.A. **Epopéia da Lapa**. Curitiba: AVM, 1999.
- SOUZA, Gerson Cesar. **O Imortal Coronel Bodziak**. Tradução de Magdalena Linde Tosetto. Paraná, 2016.

<sup>2</sup> [www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44).